

“É indispensável a reforma administrativa”

Simonsen — Eu acho que é indispensável que neste realinhamento o governo apresente o seu programa de reforma administrativa. Não entendo que este projeto vá significar economia a curto prazo. Acho que a curto prazo os resultados vão ser lentos e não vão ser muito expressivos. Mas é muito importante que o governo dê o exemplo de que está disposto a cortar na sua própria pele o custeio. Porque se não houver uma medida nesse sentido, pedir mais Impostos, cortar subsídios do setor privado, passa a ser uma exigência social e politicamente incabível. Creio que há necessidade de ao mesmo tempo o governo fazer um realinhamento de preços que permita que setores hoje fornecidos pelo governo voltem a ser supridos nas quantidades necessárias. E é bom não esquecer o seguinte: são estes setores que realmente demandam grandes capitais em investimentos. O Brasil está, talvez, com muitos investimentos em setores de baixa relação capital x produto, onde é muito fácil conseguir poupança para financiar os investimentos. Está com falta de investimentos exatamente naqueles setores de infra-estrutura que demandam grandes capitais. Eu acho que o controle do déficit público deveria ser feito através de um sistema de transparência das contas públicas e orçamento unificado. Já se fez muito progresso no sentido de melhorar a apresentação orçamentária. E preciso que o governo, de uma vez, unifique o orçamento e apresente estatísticas mensais, os seus balanços, o seu desempenho.

Werneck — Eu acho que o governo e o setor público, como um todo, vão ter que desempenhar um papel crucial

agora na viabilização do crescimento, exatamente porque na distribuição de papéis que tem vigorado historicamente na economia brasileira cabe ao governo expandir setores como energia elétrica, telecomunicações, portos, transportes, etc., que obviamente, já estão emperrando o crescimento de alguns segmentos. E não há outra saída senão dotar o governo de recursos para isso. Acho que ninguém defenderia a idéia de que o governo é um poço de eficiência. Ao contrário, há casos escandalosos. Para este país assegurar uma taxa de crescimento de 7% ao ano, o esforço de poupança vai ter que aumentar brutalmente. Ao longo dos últimos anos, o setor público parou de gerar, ou de cumprir a sua parte na geração de poupança interna e agora encontra dificuldades em financiar a parte que lhe cabe no esforço de investimento. E é totalmente pueril esperar que isto venha a ser feito na base da poupança voluntária. O estado vai ter que cumprir de novo o papel que ele já cumpriu no passado, de grande gerador de poupança, via extração forçada de poupança para o resto da economia.

Bacha — A questão do governo poder controlar a si próprio remete a discussão para a reforma administrativa. Acho que no momento atual tem duas questões: uma de curto prazo envolvida nela que é a questão da austeridade. O governo para dar passagem a este conjunto de medidas precisa ter três princípios: Transparência, austeridade e participação. E a austeridade passa pelo controle efetivo de seus gastos e o governo precisa dar este exemplo. Além disso, há um problema de médio prazo, na reforma

administrativa, que tem a ver não propriamente com redução de gasto, mas com capacitação para o governo exercer efetivamente as tarefas administrativas deste país. Isto envolve, por um lado, as reformas administrativas e, por outro, coisas que têm a ver com mecanismo de transparência e de maior capacidade de controle por parte da sociedade do que o governo está fazendo. Esta questão da unificação dos orçamentos, de separação das funções do Banco Central em relação ao resto do governo para que, de uma vez por todas, cesse a conta-movimento. Nós fizemos algumas coisas quanto a esta conta-movimento do Banco do Brasil, mas na verdade como todos os administradores públicos sabem muito bem, toda a administração pública é uma grande conta-movimento.

O segundo componente é a questão da reforma fiscal, a questão do Imposto de Renda, a questão de ter uma base muito mais ampla de definição. Há a restrição orçamentária do déficit do Governo. Isso depende de regras de atuação do Banco Central e de instrumentos de controlabilidade por parte da sociedade sobre o que o Governo faz. O instrumento horizontal seria a Constituinte. Espero que o Paulo Rabello esteja correto na sua esperança de que a Constituinte possa dar essa contribuição, a experiência histórica não animaria.

Paul Singer — Eu tenho algo a dizer sobre esse ponto. Eu acho que está faltando um grande pedaço dessa história toda. Na verdade, o que estamos registrando aqui é que há um conflito distributivo que é mais ou menos clássico, embora muito pouco comentado, entre a burguesia, o setor

privado, como é chamado aqui, e o Governo, na medida em que é do excedente social apropriado pelo setor privado que sai algum recurso regular. Então, há a exigência clássica do Governo austero, isso vem desde Adam Smith, não é novidade. Agora, uma grande parte dos gastos públicos sai da distribuição de renda. Uma grande parte da retribuição da força de trabalho no Brasil também, não é só no Brasil, é sustentada pelo Governo — educação, saúde, habitação, que é subsidiada pelos cofres públicos etc., etc. — e basta olhar as campanhas eleitorais acho que em qualquer lugar do Brasil, e todos os candidatos estão prometendo justamente expandir 9 implicitamente o gasto público. Eu acho que dizer que a sociedade toda exige que o Governo gaste menos e que reduza a sua participação no produto é falso, é rigorosamente falso. A maioria da população que depende de serviços do governo que vai trocar o seu voto, se acreditar nas promessas de que esses serviços vão se tornar mais amplos, mais acessíveis e assim por diante, está votando na verdade por um governo maior.

Márcio Fortes — Eu acho que a gente não deve acreditar, para ser realista, que vai haver uma redução de gastos públicos de forma geral. O que pode se conseguir é um aumento da eficiência, propiciando condições mais ágeis para subir a outra parte, para que ela se torne percentualmente menor pelo crescimento do setor.

Simonsen — Você pode até esperar alguma redução de subsídios. Não deve esperar a redução dos investimentos, que o nível de investimentos hoje está abatido.